

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Ana Clara Oliveira Lessa

**RELATO INTEGRADO: dimensões sociais e ambientais evidenciadas por bancos
brasileiros**

Governador Valadares

2024

Ana Clara Oliveira Lessa

**RELATO INTEGRADO: dimensões sociais e ambientais evidenciadas por bancos
brasileiros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Profa. Dra. Marinette Santana Fraga.

Governador Valadares

2024

Ana Clara Oliveira Lessa

**RELATO INTEGRADO: dimensões sociais e ambientais evidenciadas por bancos
brasileiros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade
Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 01 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marinette Santana Fraga

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Profa. Msc. Laura Brandão Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Profa. Msc. Eliane de Souza Honorato

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

RESUMO

O presente estudo analisa o contexto em que as organizações evidenciam suas informações não financeiras com o intuito de gerar valor através do Relato Integrado, sendo definidos como amostra da pesquisa, os cinco maiores bancos brasileiros em ativos no ano de 2023. O objetivo geral é analisar se todos os relatos integrados dos bancos possuem os elementos de conteúdo propostos pelo IIRC e como estão evidenciados. De forma específica: i) analisar se todos os bancos apresentam os elementos de conteúdo propostos e como são apresentados; ii) verificar se todos os relatos apresentam informações sociais e ambientais e como são apresentadas e, iii) propor a inserção das informações sociais e ambientais como elementos de conteúdo. Utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva com utilização de dados secundários. A interpretação dos dados baseia-se na Análise de conteúdo com suas três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Os principais resultados abordaram que todos os bancos apresentaram no escopo de seus relatos os elementos de conteúdo propostos, bem como a evidenciação das informações sociais e ambientais, porém sem destacar essas últimas em tópicos específicos da estrutura. Além disso, houve similaridade na forma de evidenciar as informações, o que reforça a padronização e eficiência do Relato Integrado para reportar informações não-financeiras.

Palavras-chave: Relato Integrado, Evidenciação, Bancos Brasileiros, Geração de Valor.

ABSTRACT

The present study analyzes the context in which organizations disclose their non-financial information with the aim of generating value through Integrated Reporting. The research sample consists of the five largest Brazilian banks by assets in 2023. The general objective is to analyze whether all the banks' integrated reports contain the content elements proposed by the IIRC and how they are evidenced. Specifically: i) to analyze whether all banks present the proposed content elements and how they are presented; ii) to verify whether all reports include social and environmental information and how it is presented; and iii) to propose the inclusion of social and environmental information as content elements. Descriptive qualitative research using secondary data was employed. The data interpretation is based on content analysis through its three stages: pre-analysis, material exploration, and result processing. The main findings show that all banks included the proposed content elements in their reports, as well as the disclosure of social and environmental information, though the latter was not highlighted in specific structure topics. Additionally, there was similarity in how the information was presented, reinforcing the standardization and efficiency of Integrated Reporting for reporting non-financial information.

Keywords: Integrated Reporting, Disclosure, Brazilian Banks, Value Generation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os capitais.	24
Quadro 2: Nomenclatura e número de páginas dos Relatos Integrados.	29
Quadro 3: Categorias.	30
Quadro 4: Resultado - Visão geral e ambiente externo.	32
Quadro 5: Resultado - Governança.	34
Quadro 6: Resultado - Oportunidades e riscos.	35
Quadro 7: Resultado - Estratégia e alocação de recursos.	36
Quadro 8: Resultado - Desempenho.	37
Quadro 9: Resultado - Perspectiva.	38
Quadro 10: Resultado - Modelo de negócios.	39
Quadro 11: Resultado - Base para apresentação.	40
Quadro 12: Resultado - Informações Sociais.	41
Quadro 13: Resultado - Informações Ambientais.	42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	19
Figura 2: Princípios básicos do Relato Integrado.....	22
Figura 3: Elementos de conteúdo do Relato Integrado.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A4S - Accounting For Sustainability

BACEN - Banco Central do Brasil

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FASB - Financial Accounting Standards Board

GRI - Global Reporting Initiative

IASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IASB - International Accounting Standards Board

IIRC - International Integrated Reporting Council

IFRS - International Financial Reporting Standards Foundation

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

RI - Relato Integrado

SFN - Sistema Financeiro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1. A Contabilidade e as informações sociais e ambientais	12
2.2. Teoria da Legitimidade e dos <i>Stakeholders</i>	14
2.3. Teoria da Evidenciação.....	16
2.3.1 <i>Disclousure</i> Voluntário e o contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	17
2.4. Pensamento integrado e geração de valor: o Relato Integrado.....	20
3 A PESQUISA: maiores bancos brasileiros em ativos.....	25
4 METODOLOGIA.....	27
4.2. Análise de conteúdo.....	28
4.2.1. Pré-análise	28
4.2.2. Exploração do material.....	29
4.2.3. Tratamento dos resultados	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A expansão do Capitalismo, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, protagonizou um avanço para a humanidade, com o surgimento de grandes indústrias, ferrovias e outros meios de transporte. Esse desenvolvimento está atrelado aos meios de produção em alta escala com exploração de recursos naturais e estratégias empresariais que adotavam uma gestão patrimonial de autossustentabilidade. Ela distancia-se da sustentabilidade e do desenvolvimento socioambiental (Tinoco; Kraemer, 2011).

Essa exploração de atividades industriais levou a diversos acidentes que influenciaram a vida das pessoas e o planeta. Da observação dos impactos e da necessidade de um desenvolvimento sustentável, surgiu a demanda pelo reconhecimento da adoção da responsabilidade social pelas instituições.

Estudos relatam que o debate sobre o impacto das questões ambientais ganhou relevância a partir da década de 1970, devido à crescente preocupação com os danos e as repercussões para a fauna, a flora e a qualidade de vida humana. Nesse contexto, tornou-se evidente que a contabilidade deveria incluir a divulgação de informações sociais e ambientais, com o objetivo de monitorar, prevenir e mitigar os impactos. Então, definiu-se a responsabilidade nos pilares da proteção, prevenção e recuperação do meio ambiente com informações fidedignas e transparentes de uma contabilidade que foi denominada de Contabilidade Ambiental.

As práticas contábeis devem ser visualizadas a partir das relações que ela realiza com a sociedade. Sendo assim, as informações contábeis influenciam e são influenciadas por demandas sociais (Sampaio; Gomes; Bruni; Maria, 2012). A divulgação voluntária de informações socioambientais tem sido uma forma de as empresas demonstrarem que estão alinhadas com as preocupações ambientais. Apesar do aumento do número de empresas divulgando informações socioambientais, essas informações não vêm de forma integrada. A falta de padronização dificulta as comparações, pois as empresas tendem a apresentar informações mais favoráveis à sua imagem corporativa e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam interferir em sua legitimidade diante a sociedade (Gomes, 2021).

Em relação à normatização, a *Global Reporting Initiative* (GRI), buscou estabelecer um padrão internacional de relatório econômico, social e ambiental, buscando uma relação entre os relatórios de sustentabilidade e as informações que já existem nos relatórios corporativos. Nesse

contexto, surgiu o Relato Integrado, no qual possui uma abordagem ampla e integrada, fornecendo uma análise holística dos impactos, riscos e desempenho em toda a organização.

Essa abordagem de relato atende as necessidades de uma rede de *stakeholders* em crescimento gradual, sendo visto como um grande avanço na história do relato financeiro e de sustentabilidade (Pereira, 2016). Tais relatórios podem ser verificados nas instituições com atividades poluidoras. Todavia, no campo institucional existem outros setores que preocupam e devem adotar ações socioambientais. Entre elas, cita-se os bancos que não são instituições com atividades poluidoras, mas possuem relações com diversas organizações poluidoras ou não.

De acordo com o *ranking* intitulado Valor 1000, em 2023, os cinco maiores bancos em montante de ativos no Brasil foram: Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander Brasil S.A., totalizando 8,9 milhões de reais.

Ademais, os resultados financeiros dos maiores bancos do país, nos últimos anos atingiram níveis históricos, com recordes consecutivos e se mantendo à frente de outros setores. Essa participação ativa na economia pode influenciar questões ambientais e sociais a partir da concessão de créditos e financiamentos para projetos e instituições poluidoras ou não-poluidoras, logo faz-se necessário que as instituições financeiras bancárias divulguem relatórios não-financeiros sobre sua gestão. Partindo dessa realidade a questão problema deste estudo é: como os cinco maiores bancos brasileiros apresentam os elementos de conteúdo propostos pelo IIRC, incluindo as informações sociais e ambientais?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho é analisar se os cinco maiores bancos brasileiros apresentam os elementos de conteúdo propostos, com ênfase na inclusão e na apresentação das informações sociais e ambientais como elementos de conteúdo. Delinearam-se os seguintes objetivos específicos: i) analisar como os bancos apresentam os elementos de conteúdo propostos; ii) verificar se os relatos apresentam informações sociais e ambientais; iii) propor a inserção das informações sociais e ambientais como elementos de conteúdo.

A pesquisa classifica-se como bibliográfica, descritiva e documental, com abordagem qualitativa. A metodologia baseia-se na Análise de Conteúdo de Bardin, e é dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A estrutura de desenvolvimento iniciou com essa introdução. Em seguida, houve o encadeamento do conteúdo dividido nas seções intituladas: Contabilidade e as informações sociais e ambientais; Teoria da

Legitimidade e dos Stakeholders; Teoria da Evidenciação; *Disclosure* Voluntário e o contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Pensamento Integrado; Geração de Valor: o Relato Integrado e A Pesquisa: maiores bancos brasileiros em ativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Contabilidade e as informações sociais e ambientais

Historicamente, a Contabilidade surgiu devido a necessidade do homem em controlar seu patrimônio para sua sobrevivência. Segundo Marion (2019), quando ainda não havia escrita, nem número e nem moeda, a contabilidade já existia como inventário. Ao longo dos séculos, para acompanhar o processo de globalização e evolução da economia, a contabilidade passou por diversas mudanças em suas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros.

Com o avanço do capitalismo e o surgimento de grandes empresas com produções em larga escala, ampliou-se a geração de riqueza e desencadeou em um desenvolvimento econômico e tecnológico. Segundo Martins e Ribeiro (1993), esse desenvolvimento significou para várias empresas maximizar a utilização de todos os recursos naturais, já que eram gratuitos, ignorando se eram renováveis ou não. Essa postura trouxe ao longo dos anos diversos impactos ambientais.

Externamente, pode-se citar o desastre ambiental causado por derramamento de petróleo no Golfo do México, comprometendo várias espécies biológicas nos oceanos (Varela; Milone, 2014). No Brasil, pode-se citar o deslizamento da barragem em Brumadinho no ano de 2019, considerado um dos maiores acidentes ambientais do mundo, além de ser o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil (Legado de Brumadinho, 2021).

Um marco para o comprometimento de um desenvolvimento com responsabilidade social ocorreu na década de 70. Neste momento, um grupo de cientistas denominado “Clube de Roma” divulgou o relatório *Limites do Crescimento* com dados e projeções sobre a poluição e esgotamento de recursos naturais, o que despertou a atenção e preocupação pelos problemas ambientais (Instituto Humanitas Unisinos, 2022).

Paralelo a isso, surgiu uma demanda, por parte dos assalariados, que constataram que essas organizações obtinham grandes lucros, enquanto suas situações, em muitos casos, eram bastante precárias e com salários que não acompanhavam o crescimento dos lucros. Isso fez

com que a sociedade despertasse o interesse nas informações ambientais e sociais (Tinoco; Kraemer, 2011). Nesse contexto, a Contabilidade das organizações deveria além da contabilidade tradicional, preocupar-se em divulgar as ações de gestão socioambiental com focalização para auxiliar e nortear as empresas nas questões de monitoramento, prevenção e reparação de danos ambientais rumo à sustentabilidade (Tinoco; Kraemer, 2011).

Conforme Almeida (2002, p. 33), a adesão à busca de sustentabilidade pressupõe uma noção clara da complexidade do fator do tempo e a preocupação com a continuidade da entidade. Para ser sustentável, uma empresa precisa buscar em suas ações e decisões, a ecoeficiência, a fim de ser socialmente responsável, no ambiente ao qual influi e recebe influência.

Nos estudos de Bond e Morrison-Saunders (2009) o desenvolvimento sustentável implica no crescimento e na promoção de atividades regionais com ênfase no equilíbrio. Os autores identificaram três metas essenciais que envolvem a definição do termo desenvolvimento sustentável, sendo elas: o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar humano. Essas três metas, podem ser resumidas em dimensões econômicas, sociais e ambientais.

De acordo com Paiva (2003, p. 17), a contabilidade ambiental é definida como a prática de identificar dados e registrar eventos relacionados ao meio ambiente, com o objetivo de gerar informações que apoiem os usuários em suas decisões. Antunes (2000, p. 30) descreve que o objetivo da Contabilidade Ambiental é:

registrar e controlar toda e qualquer atividade desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importante se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas (Antunes, 2000).

Para este trabalho, selecionaram-se os estudos da Contabilidade Ambiental com ênfase na sustentabilidade segundo as abordagens teóricas da Teoria da Legitimidade, dos *Stakeholders* e da Evidenciação. Justifica-se a escolha dessas fundamentações pelo fato de as três teorias serem interdependentes e desempenharem papel fundamental na evolução da pesquisa.

2.2. Teoria da Legitimidade e dos *Stakeholders*

A Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders* se complementam em seus fundamentos e são essenciais para a compreensão das relações entre os seus atores. A Teoria da Legitimidade parte do pressuposto que as empresas existem até o limite em que a sociedade considera que são legítimas. Dias Filho (2007) comenta que ela:

baseia-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar (Dias Filho, 2007).

Esse contrato social, conforme Rousseau (1981), é a relação entre a vontade geral e a vontade particular. Nesse sentido, a permanência de uma empresa no mercado pode estar ameaçada se a sociedade a qual ela se relaciona entender que ele infringiu o contrato social. No contexto da contabilidade ambiental, o contrato social pode ser visto como um compromisso que a empresa estabelece com seus *stakeholders*. Isso fica evidente quando os consumidores reduzem ou interrompem a demanda por produtos ou serviços, os fornecedores eliminam a oferta de bens e recursos financeiros, ou quando o governo implementa aumentos de impostos, multas ou estabelece novas legislações que proíbem práticas que não atendem às expectativas da sociedade (Deegan, 2002).

A contabilidade com informações sociais e ambientais fazem o elo entre a entidade e a sociedade. Lima e Viegas (2002) corroboram ao explicitar que:

a preocupação com a questão ambiental é ética e econômica, dela depende a permanência da empresa no mercado. Dessa forma, a Contabilidade se inova ao buscar procedimentos que proporcionem a evidenciação da informação ecológica, promovendo a discussão do tema entre seus pesquisadores e profissionais (Lima; Viegas, 2002)

Um dos motivadores para que os administradores façam a gestão da legitimidade da empresa é a possibilidade de alterações na forma como a sociedade percebe as ações da organização. Dessa forma, quando um evento negativo passa a representar uma ameaça real ou potencial à legitimidade da empresa, os gestores buscam alterar a percepção das partes externas, visando aumentar a consonância entre as ações da organização e as expectativas da sociedade (Silva; Sancovschi, 2006).

Nessa perspectiva, Suchman (1995) amplia o entendimento de legitimidade, ele sugere uma classificação das estratégias de legitimidade, que se divide em três categorias: legitimidade

pragmática, moral e cognitiva. A legitimidade pragmática baseia-se no interesse da organização em atender às respostas imediatas da percepção de seu público e abrange de maneira geral suas relações institucionais nos âmbitos político, econômico e social, onde cada ação realizada impacta diretamente essa percepção. A legitimidade moral refere-se à análise do comportamento ético de uma organização, que proporciona vantagens ao seu público-alvo através de ações que demonstram a intenção de “fazer a coisa certa”. A legitimidade cognitiva pode englobar tanto o apoio ativo quanto uma simples aceitação da organização como algo essencial ou inevitável, ancorada em determinados conceitos culturais que envolvem os *stakeholders*.

A Teoria dos *Stakeholders* tem seu foco nas relações entre uma organização e seus *stakeholders* e o modo como essas interações são desenvolvidas (Freeman, 2010). Os *stakeholders* podem ser definidos como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar, ou é afetado, pelo alcance dos propósitos de uma organização” (Freeman, 1984, p.5). Embora essa teoria tenha sido discutida na década de 80, com Freeman (1984), a gestão dos *stakeholders* ainda é importante no século XXI, visto que a sobrevivência das empresas depende de seus relacionamentos com uma ampla rede de interessados (Freeman, 1984 *apud* SANTOS; Vieira; Menezes, 2020).

Na década de 90, Donald e Preston (1995), dividiram a teoria dos *stakeholders* em três dimensões: descritiva, instrumental e normativa. Na dimensão descritiva a empresa utiliza seu modelo e características para apresentar os comportamentos da organização. Na dimensão instrumental, a empresa utiliza seu modelo como ferramenta de gestão que visa verificar o impacto dos *stakeholders* no desempenho da organização. Na dimensão normativa, a empresa utiliza seu modelo para a identificação da moral e ética para o gerenciamento da organização.

Os gestores precisam ter clareza sobre o ambiente em que estão inseridos e entender como os *stakeholders* variam entre si, levando em consideração fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. A relação de interdependência entre os *stakeholders* e a organização influencia diretamente o processo de elaboração da estratégia, possibilitando que os gestores integrem valores e princípios, conferindo uma estabilidade temporária às interações com os *stakeholders* (Góes; Reis; Abib, 2020).

2.3. Teoria da Evidenciação

A evidenciação, também comumente denominada pela literatura na língua inglesa, “*disclosure*”, pode ser interpretada como o contrário de fechamento, referindo-se à “abertura” da empresa através da divulgação de informações que assegurem a transparência corporativa perante o público e os participantes do mercado (Goulart, 2003). Evidenciar significa tornar algo evidente, apresentá-lo de maneira que não reste dúvida, de modo que seja prontamente compreendido (Aquino; Santana, 1992).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) enfatizaram os diferentes tipos de usuários nas dimensões de ambiente interno e externo. Os usuários internos, por exemplo, incluem os administradores de todos os níveis dentro da organização, que geralmente utilizam informações mais detalhadas e específicas sobre a entidade, especialmente aquelas relacionadas ao seu ciclo operacional. Na dimensão exógena, os usuários são a sociedade, clientes, fornecedores e bancos. Eles tendem a focar em aspectos mais gerais que estão nas demonstrações contábeis. À vista disso, os usuários internos têm acesso a um número maior de informações em comparação aos usuários externos, já que estes últimos restringem às informações que são oficialmente divulgadas pela empresa.

As informações podem ser evidenciadas de diferentes formas quanto a sua quantidade e qualidade, e isso dependerá do usuário que a recebe. Iudícibus (1997) argumenta que ocultar informações ou fornecê-las de forma demasiadamente resumida é tão prejudicial quando fornecê-las em excesso. Hendriksen e Breda (1999) *apud* Aquino e Ferreira (2007), reforçam esse argumento ao afirmar que o estabelecimento acerca da quantidade de informação, depende do usuário a que se destina. Os autores completam que existem três conceitos de divulgação que são geralmente propostos: divulgação adequada, justa e completa. A expressão mais frequentemente utilizada entre essas é “divulgação adequada”, que implica um volume mínimo de divulgação necessário para garantir que as demonstrações não sejam enganosas. A noção de “divulgação justa” envolve um princípio ético que busca o tratamento equitativo de todos os possíveis leitores. Já a “divulgação completa” requer a apresentação de todas as informações relevantes.

Portanto, as informações contábeis devem obedecer às características qualitativas divulgadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Elas são divididas em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabelece as características qualitativas fundamentais da informação contábil que são a Relevância, a Materialidade e a Representação Fidedigna.

A informação com relevância é aquela que pode influenciar as decisões dos usuários, mesmo que alguns optem por não considerá-la ou já tenham conhecimento dela por outras fontes, a informação ainda pode exercer impacto nas decisões. A informação apresenta materialidade se a sua omissão ou divulgação distorcida puder influenciar nas decisões a partir dessa informação e é uma característica de relevância que depende do contexto da entidade, dessa forma, não é possível estabelecer um limite quantitativo fixo ou definir antecipadamente o que seria considerado material em uma situação específica; a informação precisa ser fidedigna, completa, neutra e livre de erro, se possível (CPC 00, 2019).

Além das divulgações obrigatórias propostas às organizações, há também as divulgações e evidenciações voluntárias. Para Malacrida e Yamamoto (2006), a divulgação voluntária por parte das empresas fortalece sua imagem no mercado de valores mobiliários. Isso favorece uma melhor avaliação financeira, resultando em menor custo de captação, maior retorno e menor volatilidade no preço de suas ações no mercado.

No cerne das Teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders* e da Evidenciação, no campo contábil, pode-se destacar a relevância de uma divulgação voluntária dos relatórios contábeis contendo informações sociais e ambientais para a geração de valor da entidade e de seus produtos.

2.3.1 *Disclosure* Voluntário e o contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Um grande desafio na publicação das informações socioambientais é na estrutura dos relatórios, haja vista que a não obrigatoriedade da divulgação faz com que as empresas evidenciem de forma mais confortável para elas, sem preocupação em cumprir uma padronização (Oliveira; Machado; Beuren, 2012).

Partindo do pressuposto de que essas informações servem como uma estratégia de *marketing* perante seus *stakeholders*, é provável que evidenciem somente o que as favorece, ou seja, apenas fatores positivos de sua gestão ambiental. Sabe-se que as informações evidenciadas nos relatórios contábeis devem revestir-se dos atributos da comparabilidade, compreensibilidade, relevância e confiabilidade para que se tornem úteis no processo decisório (CPC 00, 2019).

Nesse cenário, surge a necessidade que os relatórios e demonstrações voltadas às questões sociais e ambientais fossem aprimoradas ao longo do tempo. A atualização das formas

de evidenciar tais informações deve atender às características qualitativas da contabilidade, envolvendo evidenciação qualitativa e quantitativa.

As informações de caráter social, passaram a ser veiculadas com os relatórios contábeis tradicionais, de forma voluntária. Uma forma de evidenciação brasileira é a elaboração do Balanço Social. Tinoco e Kramer (2011, p.63) definem o Balanço Social como:

um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros (Tinoco e Kramer, 2011, p.63).

Portanto, o Balanço Social visa demonstrar as aplicações da entidade em termos de responsabilidade social com tendência à adoção de um desenvolvimento sustentável em suas estratégias.

No Brasil, a questão da responsabilidade social e da publicação anual do balanço social ganhou notoriedade a partir do sociólogo Betinho, após a publicação do artigo “Empresa Pública e Cidadã”. Nele, o autor defende que o balanço social atende a todos, ou seja, para os dirigentes, auxilia na tomada de decisão, para os empregados a garantia que suas expectativas cheguem até os patrões, os fornecedores conhecem a administração e todo esse processo chega aos consumidores, como consequência, o lucro aumenta (Souza, 1977). A partir disso, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado e desde então tem contribuído para o estabelecimento de diretrizes para publicação de informações sociais e ambientais.

No cenário internacional, houve destaque para o relatório denominado *Global Reporting Initiative* (GRI), criado em 1977 para auxiliar as organizações a se tornarem mais transparentes e a reconhecerem suas responsabilidades em relações aos impactos que geram, contribuindo assim para a construção de um futuro sustentável (GRI, 2015).

A definição do que será comunicado no âmbito do *disclosure* voluntário socioambiental deve ser analisada à luz da materialidade. A materialidade ajuda a identificar quais informações precisam ser incluídas nos relatórios de responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, é necessário levar em conta os aspectos materiais, ou seja, aqueles que refletem os impactos significativos da organização nos âmbitos econômico, ambiental e social, e que têm o potencial de influenciar as partes interessadas (GRI, 2015).

A dimensão econômica da sustentabilidade refere-se aos efeitos que a organização exerce nas condições financeiras de seus *stakeholders*, bem como sobre os sistemas econômicos em escalas local, nacional e global. A dimensão ambiental da sustentabilidade refere-se aos efeitos que a organização exerce sobre os ecossistemas, incluindo elementos bióticos e abióticos, como solo, ar e água, e engloba impactos associados a insumos, como energia e água e saídas, como as emissões. Além disso, abrange os impactos relacionados à biodiversidade, ao transporte e produtos e serviços, bem como a conformidade com as legislações e regulamentos ambientais (GRI, 2015).

Desde o surgimento da GRI, é notório o avanço da evidenciação voluntária e práticas sociais e ambientais pelas organizações. Nesse campo, de ações socioambientais, aconteceu em 2015 um compromisso entre os países para promover práticas que minimizem os problemas sociais e ambientais. Tais práticas compõem a Agenda 2030 criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Em síntese, essa agenda é um plano que busca equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental, além de abordar questões relacionadas às desigualdades (ONU, 2015) e são representados na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU).

Explicitando, as figuras com seus símbolos demonstradas acima têm elo com a temática de práticas ambientais e sociais. Pode-se afirmar que no primeiro âmbito, encontra-se os objetivos da voltados às questões ambientais, sendo eles: água potável e saneamento; energia limpa e acessível; indústria, inovação e infraestrutura; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água e vida terrestre. No âmbito social e econômico, os objetivos são: erradicação da pobreza; fome zero e

agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. Todos esses objetivos estão interligados para atender as demandas da Agenda 2030 (Nações Unidas Brasil, 2024).

No contexto de informações voluntárias, o setor privado desempenha um papel crucial na realização dos ODS, dada a sua capacidade de influenciar os *stakeholders*, mobilizar recursos e promover a inovação. A apresentação dos dezessete ODS pela ONU em 2015 foi percebida pelo setor privado como um impulsionador significativo para alcançar a sustentabilidade (Masli; Donovan; Topple, 2017).

Uma forma de evidenciação da responsabilidade socioambiental com tendência a substituir os atuais relatórios de sustentabilidade é o Relato Integrado (RI). Em 2013, foi divulgada a primeira norma sobre o tema, o *Framework Integrated Reporting* (Kassai, 2019). A criação do Relato Integrado significou um avanço nos relatórios de informações sociais e ambientais, tendo em vista a forma de evidenciação e conteúdo de sua estrutura. Para entender o RI e sua contribuição às organizações e aos *stakeholders* é necessário compreender conceitos como “Pensamento Integrado” e “Geração de Valor”.

2.4. Pensamento integrado e geração de valor: o Relato Integrado

Segundo o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), 2014, o pensamento integrado representa o relacionamento de uma organização entre suas unidades operacionais e funcionais e seus capitais. Este pensamento integrado leva à tomada de decisão e ações que resultam na geração de valor no curto, médio e longo prazo. O IIRC (2014), completa ainda que:

a visão de longo prazo do IIRC é a de um mundo em que o pensamento integrado está enraizado nas principais práticas comerciais dos setores público e privado [...] O ciclo de pensamento e relato integrados, que levam à alocação eficiente e produtiva de capital, funcionará como força para conferir estabilidade financeira e sustentabilidade (IIRC, 2014).

O pensamento integrado leva em consideração uma gama de fatores que afetam a capacidade de uma organização ao longo do tempo, entre elas: i) os capitais utilizados ou afetados pela organização, bem como as interdependências críticas, inclusive as compensações entre elas; ii) a capacidade da organização em atender aos legítimos interesses e necessidades das principais partes interessadas; iii) como uma organização adequa seu modelo de negócios e sua estratégia ao seu ambiente externo e aos riscos e às oportunidades enfrentados; iv) as

atividades, o desempenho (financeiro e outro) e os impactos de uma organização em termos dos capitais – passados, presentes e futuros (IIRC, 2021).

Os aspectos fundamentais do pensamento integrado são a conectividade das informações, a quebra de silos setoriais e a geração de valor (Correa, 2016). Quanto mais o pensamento integrado estiver ligado às atividades da organização, mais conectividade a informação terá nos relatórios gerenciais, nas análises e no relatório integrado (IIRC, 2021).

A quebra de silos manifesta a integração entre os setores da organização e faz com que todos que fazem parte dela tenham uma visão holística, criando um ambiente em que as informações são compartilhadas e reduz conflitos entre unidades operacionais e funcionais. Isso faz com que haja mais engajamento entre as equipes, o que resulta na otimização de processos (Kassai e Carvalho, 2013).

Quanto a geração de valor, é o modo pela qual a organização interage com o ambiente externo e destaca que a capacidade de a organização gerar valor para si está diretamente ligada ao valor que gera aos outros, isso inclui os empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas (IIRC, 2013). Ernst & Young (2013) salienta que sempre que o termo “criação de valor” for utilizado, ele deve ser interpretado como incluindo a destruição ou esgotamento de valor real ou potencial.

O Relato Integrado surgiu a partir do encontro entre *Financial Accounting Standards Board* (FASB), *International Accounting Standards Board* (IASB) e Organização das Nações Unidas (ONU) convocados pela *Accounting for Sustainability* (A4S) e o GRI. Em 2010, foi criado o Conselho Internacional do Relato Integrado (IIRC), formado por reguladores, investidores, empresas, entidades, profissionais de contabilidade e organizações não-governamentais (Pereira, 2016).

O RI se faz importante na evolução dos relatórios corporativos e pretende dar uma visão aglutinada dos elementos presentes em outros relatórios. Kassai (2019, p. 225), define o Relato Integrado como:

um processo mais coeso e eficiente de relatos corporativos, cujo objetivo é melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capitais (financeiros e não financeiros), evidenciando o desempenho e as perspectivas de uma organização em relação à sua capacidade de gerar valor ao longo do tempo (Kassai, 2019, p.225).

Para Tomé (2014), o RI é como um complemento ao relato de sustentabilidade com o objetivo de promover a melhoria de informação, evitando desfasamentos temporais nas

informações e fornecendo uma visão de comunicação concisa sobre a criação de valor. Segundo Freitas e Freire (2017), o RI não tem o propósito de ser um novo relatório e sim gerar integração de informações entre os relatórios já existentes.

Druckman (2013) *apud* Tomé (2014) completa que o Relato Integrado é uma evolução da forma de relatar e que pressupõe um pensamento integrado, que consiste em providenciar materialidade, valor e segurança para a tomada de decisão dos *stakeholders*. Esses atributos defendem que as informações apresentadas devem ser sobre assuntos que tenham impacto na criação de valor (curto, médio e longo prazo).

O Relato Integrado é orientado por uma estrutura coesa e eficiente com princípios básicos e elementos de conteúdo que guiam sua elaboração. Essas orientações são sustentadas por três conceitos fundamentais: geração de valor, processo de geração de valor e capitais. Os princípios fundamentais a seguir orientam tanto o conteúdo do documento quanto a forma como as informações são exibidas, conforme a Figura 2:

Figura 2: Princípios básicos do Relato Integrado.

Princípios Básicos	
Foco estratégico e orientação para o futuro	Conectividade de informação
Relação entre as partes interessadas	Materialidade
	Concisão
Confiabilidade e completude	Coerência e Comparabilidade

Fonte: Elaborado pela autora com base do IIRC.

O foco estratégico para o futuro dita que a estratégia da organização deve ser pautada pela sua capacidade de se relacionar com o capital para gerar valor ao longo do tempo (curto, médio e longo prazo), bem como os seus impactos sobre os capitais e seu uso. Outro ponto é a relevância da conectividade de informações. Ela estabelece que as informações devam fornecer uma visão abrangente das inter-relações e dependências de fatores que a afetam em gerar valor ao longo do tempo.

Em seguida, a observância é para a confiabilidade e a completude. Esses atributos são complementares à materialidade. Eles direcionam que o relatório deve abranger todos os temas,

de maneira equilibrada, expondo pontos favoráveis e não favoráveis. Na sequência, o essencial é verificar a concisão, a coerência e a comparabilidade das informações. A primeira descreve que as informações devem ser concisas, ou seja, devem ser apresentadas de forma clara e sucinta. A segunda e a terceira defendem que as informações devem ser consistentes ao longo do tempo para serem comparadas, além disso, devem permitir o confronto de informações com outras organizações (IIRC, 2024).

Os Elementos de Conteúdo estão interconectados e não se excluem. A sequência em que estão apresentados pelo RI não é a única forma de organizá-los. As informações presentes em um relatório integrado é que devem ser apresentadas de maneira a evidenciar as relações entre os elementos abaixo, conforme a Figura 3:

Figura 3: Elementos de conteúdo do Relato Integrado.

Elementos de conteúdo	
Visão organizacional e ambiente externo	Governança
	Perspectiva
Oportunidades e riscos	Estratégia e alocação de recursos
Base para apresentação	Modelo de negócios
	Desempenho

Fonte: Elaborado pela autora com base do IIRC.

A estrutura do RI demanda conhecimentos interdisciplinares e definições que são estudados no campo da Administração de Empresas. Necessário se faz a interação entre os profissionais da contabilidade, da administração geral e da gestão ambiental para o entendimento e troca de saberes, de forma a possibilitar mais confiabilidade do RI.

Entre outras conceituações holísticas que ultrapassam os recortes para o campo contábil (citado nos parágrafos anteriores), tem-se: a) visão organizacional e ambiente externo: o que a entidade faz, onde e em quais circunstâncias ela atua; b) governança: como a estrutura da organização colabora com sua capacidade de gerar valor; c) oportunidade e riscos: como a organização analisa e lida com os riscos e as oportunidades de gerar ou perder valor em curto, médio e longo prazo; d) estratégia e alocação de recursos: qual o caminho a organização deve seguir e de que forma ela pretende segui-lo; e) desempenho: o alcance dos seus objetivos

estratégicos e qual seu efeito nos capitais; f) perspectiva: as potenciais incertezas e implicações sobre o modelo de negócio e seu desempenho futuro; g) modelo de negócios: definição do modelo de negócios e as atividades da organização em forma prática; h) base para apresentação: como a organização determina os seus temas a serem reportados e como são quantificados ou avaliados.

As orientações (Princípios básico e Elementos de conteúdo) do Relato Integrado são sustentadas por três conceitos fundamentais, conforme supracitado, que norteiam, conectam e dão sentido ao relatório. O primeiro conceito de geração de valor é destacado com focalização na organização e para outros interessados. Já o valor gerado ao longo do tempo se apresenta por meio do aumento, perda ou transformações dos capitais utilizados. Esse valor é gerado para a própria organização e para as partes relacionadas. O relatório integrado deve fornecer uma visão da natureza e qualidade dos relacionamentos com seus principais *stakeholders*, ou seja, como ela entende e trata de responder aos mesmos.

O segundo conceito é o Processo de Geração de Valor. Ele aborda que os capitais são utilizados como insumos nas atividades da organização, ao passo que as atividades produzem efeitos sobre os capitais, além disso, o processo de geração de valor sofre influência do ambiente externo, haja vista que a organização é sujeita a riscos. Nesse contexto, o conhecimento contábil transcende a visão preliminar de capital social para abordar e identificar a tipificação de outros capitais, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Os capitais.

Capitais	Descrição
Financeiro	Conjunto de recursos disponíveis a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou prestação de serviços.
Manufaturado	Objetos físicos manufaturados disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços.
Intelectual	Intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como propriedade intelectual, patentes, direitos autorais, entre outros.
Humano	Competências, habilidades e experiências das pessoas, além de suas motivações para inovar.
Social e de Relacionamento	Relacionamento entre a instituição e a comunidade, partes interessadas e outras redes.
Natural	Recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços para a organização.

Fonte: Elaborado pela autora com base na estrutura do IIRC.

Em suma, os capitais podem apresentar terminologias diferentes e serem definidos de diversas formas. Além disso, alguns podem ou não ser relevantes ou aplicáveis para todas as

organizações. Utilizou-se para esta pesquisa a Estrutura Internacional do Relato Integrado proposta pelo IIRC.

3 A PESQUISA: maiores bancos brasileiros em ativos

Os bancos brasileiros e todos os parceiros comerciais, de toda atividade econômica, causam impacto sobre o meio ambiente, uma vez que possuem relações com outras entidades de alto poder poluidor, sejam atividades ou empresas poluentes, fornecendo financiamentos e empréstimos para suas operações. Elas, também, necessitam das relações sociais com a comunidade local para captação de recursos e utilização de créditos. Elas não exploram recursos naturais, porém utilizam produtos que são derivados deles.

O conhecimento de que os bancos podem potencializar riscos ambientais é corroborado pela assertiva de que seus financiamentos estão sendo amplamente discutidos entre ONGs e a sociedade civil (Dias; Machado, 2007). Em 2006, as instituições financeiras aderiram aos Princípios do Equador, ressaltando que o setor financeiro tem avançado em adotar as melhores práticas, gerenciando riscos sociais e ambientais relacionados aos seus financiamentos (International Finance Corporation, 2006).

Esses princípios surgiram para servir como base para que as instituições financeiras possam identificar, avaliar e gerenciar os riscos socioambientais no financiamento de projetos, sendo eles: análise e categorização; avaliação socioambiental; padrões socioambientais aplicáveis; sistema de gestão socioambiental e plano de ação dos Princípios do Equador; engajamento das partes interessadas; mecanismo de reclamação; análise independente; cláusulas contratuais; monitoramento independente e reporte; e divulgação de informações e transparência (Equator Principles, 2020).

Com base na afirmativa anterior, a amostra desta pesquisa foi composta por empresas do setor bancário brasileiro, focando na análise dos relatórios que apresentavam dados financeiros e não financeiros dos bancos para posterior seleção das informações sociais e ambientais. Esta seleção não ocorreu de forma aleatória e foi composta pelos cinco maiores bancos brasileiros, sendo o parâmetro os ativos. Uma delas aderiu ao projeto piloto do Relato Integrado: o Itaú Unibanco (Itaú, 2014). De acordo com o *ranking* Valor 1000, em 2023, os cinco maiores bancos do país, em ativos, foram: Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander Brasil S.A., finalizaram o ano de 2023 com um total de R\$8,9 milhões em ativos.

O Itaú Unibanco Holding S.A., é o maior banco privado do país em ativos, e se intitula como um banco universal, presente em 18 países. Com quase 100 anos de história, o Itaú conta com 92,9 mil colaboradores, sendo 96,8% no Brasil (Itaú, 2024). Em 2023, apresentou um lucro contábil de R\$33,9 bilhões, superando o ano anterior, que ficou em R\$30,7 bilhões. No início de 2013, o Itaú aderiu ao programa piloto para relatos integrados e esteve presente desde o surgimento da Comissão Brasileira para Relatos Integrados, em 2012. Ele foi reconhecido, no ano de 2014, como um dos principais relatos no mundo pelo IIRC (Itaú, 2014). Em termos de ativos, o Itaú Unibanco Holding S.A. apresentou no ano de 2023 o total de R\$2,4 milhões. No ano anterior, 2022, seus ativos foram de R\$2,1 milhões. Verifica-se que houve um aumento de aproximadamente 14,03%.

O Banco do Brasil S.A. é o segundo maior banco brasileiro em ativos, é considerado um banco público de economia mista, e sua atuação está organizada da seguinte forma: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado, Setor Público e Private. Em 2023, o Banco do Brasil contava com mais de 86 mil funcionários em todos os estados brasileiros e no exterior e encerrou o ano com um lucro líquido ajustado de R\$35,6 bilhões, crescimento de 11,4% com relação a 2022 (Banco do Brasil, 2024). Em termos de ativos, o Banco do Brasil S.A. apresentou no ano de 2023 o total de R\$2,0 milhões. No ano anterior, 2022, seus ativos foram de R\$1,9 milhões. Pode-se verificar que houve um aumento de aproximadamente 4,99%.

O Bradesco S.A. é o terceiro maior banco brasileiro em ativos, e é o segundo maior banco privado do Brasil, com 80 anos de existência. Em 2023, o Bradesco S.A. contava com 86,2 mil funcionários e apresentou um lucro líquido corrente de R\$16,3 bilhões, menor que o do ano passado (Bradesco, 2024). Em termos de ativos, o Bradesco S.A. apresentou no ano de 2023 o total de R\$2,0 milhões. No ano anterior, 2022, seus ativos foram de R\$1,9 milhões. Pode-se verificar que houve um aumento de aproximadamente 4,99%.

A Caixa Econômica Federal é o quarto maior banco brasileiro em ativos, sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa. No entanto, sujeita a normas e decisões de órgãos competentes e à supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), por auxiliar na execução de políticas do Governo Federal e integrar o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 2023, a Caixa Econômica Federal contava com mais de 86 mil colaboradores e findou o ano com um lucro de R\$10,6 bilhões, aumento de 15,5% em comparação ao ano anterior (Caixa, 2024). Em termos de ativos, a Caixa Econômica Federal apresentou no ano de 2023 o total de R\$1,5 milhões. No ano anterior, 2022, seus ativos foram de R\$1,4 milhões. Pode-se verificar que houve um aumento de aproximadamente 9,39%.

O Banco Santander Brasil S.A. é o quinto maior banco brasileiro, e o segundo maior conglomerado financeiro da zona do euro e um dos maiores do mundo e terceiro maior banco privado do Brasil em ativos. O Banco Santander Brasil S.A. atua como banco de varejo, focado em serviços financeiros para pessoas físicas e empresas de pequeno, médio e grande porte, e pelo banco de atacado, sendo responsável pelo atendimento a companhias globais e por operações no mercado de capitais. Em 2023, o Santander contava com 55,8 mil funcionários e apresentou um lucro líquido de R\$9,4 bilhões (Santander, 2024). Em termos de ativos, o Banco Santander Brasil S.A. apresentou no ano de 2023 o total de R\$1,0 milhões. No ano anterior, 2022, seus ativos foram de R\$963.376 mil, apontando. Pode-se verificar que houve um aumento de aproximadamente 8,83%.

4 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, na abordagem metodológica, a pesquisa foi classificada como qualitativa, que em geral, englobam dois procedimentos distintos: a pesquisa e ou, coleta de dados e a análise e interpretação do objeto estudado (Marconi e Lakatos, 2017). Enquadra-se como sendo de natureza descritiva, visto que visa descrever características, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados (Gil, 2002). Neste trabalho, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes secundárias, como procedimento técnico, que se caracteriza como bibliográfica e que justifica a pesquisa qualitativa, posteriormente foram submetidas a um processo de seleção e posterior análise interpretativa do conteúdo, a fim de extrair significados relevantes para a investigação, o que se fundamenta a natureza descritiva.

Para a coleta de artigos da fundamentação teórica, utilizou-se os bancos de dados CAPES, Google Acadêmico e SPELL. Para complementar, foram consultados 13 livros da área de contabilidade e da administração e 27 artigos cujo critério de seleção se deu com a definição das palavras-chave: Relato Integrado, Contabilidade Ambiental, Teoria da Legitimidade, Teoria dos *Stakeholders*, Teoria da Evidenciação e *Disclosure* Voluntário.

A coleta de dados para o conteúdo do Relato Integrado foi realizada a partir do site oficial do IIRC, bem como os sites oficiais de cada banco brasileiro selecionado para a pesquisa, onde foram retirados os respectivos relatos integrados de cada um, objeto de pesquisa a serem analisadas, com a competência do ano 2023. Percebeu-se com o desenvolvimento teórico, que a interpretação da pesquisa dos RI seria mais coerente por meio da análise de conteúdo, uma vez que considera as informações colhidas de um documento escrito (Marconi e Lakatos, 2022).

Para a análise dos dados foi utilizada a Análise de Dados, conceituada por Bardin (2016, pg. 42) como:

um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos (Bardin, 2016, pg. 42).

A análise de conteúdo de Bardin foi utilizada para corresponder aos objetivos deste trabalho, onde são analisados os relatos integrados da amostra selecionada, e possui três fases, sendo elas: i) pré-análise; ii) exploração do material, categorização ou codificação e iii) tratamento dos resultados.

A Pré- análise é a primeira etapa na construção da Análise de Conteúdo definida por Bardin. Nesta fase, é feita a sistematização das ideias preliminares, que são: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulação de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores. Nesta primeira fase, foram selecionados os Relatos Integrados dos bancos selecionados, sendo eles Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander Brasil S.A., com a competência de 2023. Esta seleção baseou-se na recente atualização de divulgação dos bancos, visto que dados mais recentes oferecem uma análise contextualizada e mais relevante, possibilitando resultados mais pertinentes à atualidade. Além disso, é consoante com a escolha dos maiores bancos em ativos, também no ano de 2023.

A “Exploração do material” é a segunda etapa, que tem como finalidade a categorização e a codificação no estudo. Nessa segunda fase, foi feita a separação dos indicadores e das informações (sociais e ambientais) a serem analisados que compõem a estrutura do Relato Integrado. O “Tratamento dos Resultados” é a última etapa da Análise de Conteúdo, onde ocorre a inferência e a interpretação. Nessa etapa, foram estudados se os elementos de conteúdo propostos pelo IIRC estão evidenciados nos relatos e de que forma estão evidenciados, com destaque para as informações de cunho social e ambiental, bem como a comparabilidade entre os Relatos Integrados dos bancos compreendidos na amostra.

4.2. Análise de conteúdo

4.2.1. Pré-análise

A priori, foi realizada a coleta dos Relatos Integrados dos bancos Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander Brasil

S.A., em seus respectivos sites oficiais. *A posteriori*, foi realizada a leitura flutuante de cada relato integrado. Essa seleção foi feita consoante às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, citadas por Bardin (2016). Após os primeiros passos da análise de conteúdo, foram reafirmados o problema de pesquisa e os objetivos deste TCC.

4.2.2. Exploração do material

Nesta etapa, foi feita a análise inicial dos padrões seguidos, como título e número de páginas. Depois, foi feita a codificação dos dados referentes aos Elementos de Conteúdo, cuja etapa foi feita a partir da análise geral dos relatos. O próximo passo foi a categorização destas informações para ser possível a comparabilidade com quadros onde estão explicitadas as categorias estudadas. Os quadros abaixo representam o diagnóstico dos bancos.

O Quadro 2 apresenta a denominação dos Relatos Integrados que os bancos utilizaram e as quantidades de páginas divulgadas:

Quadro 2: Nomenclatura e número de páginas dos Relatos Integrados.

Bancos	Visão geral	
	Título	Nº de páginas
Itaú Unibanco Holding S.A.	Relatório Anual Integrado 2023	103
Banco do Brasil S.A.	Relatório Anual 2023	281
Bradesco S.A.	Relatório Integrado 2023	93
Caixa Econômica Federal	Relatório Integrado 2023	143
Banco Santander Brasil S.A.	Relatório Anual Integrado 2023	143

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a compreensão do quadro 4, elaborou-se uma legenda, na qual lê-se: A = Apresenta; NP = Não apresenta e AP = Apresenta parcialmente.

Quadro 3: Categorias.

Categorias	Bancos				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	Banco do Brasil S.A.	Bradesco S.A.	Caixa Econômica Federal	Banco Santander Brasil S.A.
Visão organizacional e ambiente externo	A	A	A	A	A
Governança	A	A	A	A	A
Oportunidades e Riscos	A	A	A	A	A
Estratégia e alocação de recursos	A	A	A	A	A
Desempenho	A	A	A	A	A
Perspectiva	AP	AP	AP	AP	AP
Modelo de negócios	A	A	A	A	A
Base para apresentação	A	A	A	A	A
Informações sociais	A	A	A	A	A
Informações ambientais	A	A	A	A	A

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.3. Tratamento dos resultados

Nesta etapa, realizou-se a interpretação dos dados coletados nas etapas anteriores. A primeira análise é sobre a visão geral dos relatos integrados, quanto ao título e número de páginas, conforme o Quadro 2. Os Relatos Integrados das instituições bancárias não seguem um padrão de nomenclatura, nem quanto ao número de páginas. O banco com maior número de páginas foi o Banco do Brasil S.A. e o menos foi o do banco Bradesco S.A. Portanto há uma diferença de 188 páginas entre o maior e menor relato integrado.

Verificou-se pela classificação em número de páginas, que os bancos públicos de economia mista e públicos possuem relatos com maior número de páginas, em relação aos bancos privados, exceto o banco Bradesco S.A., que possui o mesmo número de páginas que a Caixa Econômica Federal. Não há nenhuma norma elaborada pelo IIRC que determine um padrão de nomenclatura e páginas, mas ele deve ser claramente identificado como um Relato Integrado, seguindo as diretrizes recomendadas pelo IIRC. A extensão do relato deve ser adequada para abranger todo o conteúdo relevante e material. A ideia é que o Relato Integrado seja conciso e objetivo.

Para identificar se os relatórios publicados são de fato Relatos Integrados, é necessária a análise dos Elementos de Conteúdo propostos pelo IIRC. Para isso, foram analisados os

relatórios de cada banco da amostra para identificar a presença desses elementos. Analisou-se de forma separada e detalhada cada elemento de conteúdo proposto pelo IIRC, bem como os elementos propostos por este trabalho. Esses elementos foram categorizados para a posterior análise.

A primeira categoria foi da visão organizacional e ambiente externo, tem-se o que a entidade faz e em quais circunstâncias ela atua. Todos os relatos apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Esse elemento é apresentado de forma similar entre os bancos, especialmente em tópicos que destacam a apresentação da organização, seus valores e a análise do contexto externo. Esses valores incluem ética, inovação, responsabilidade social e foco no cliente e são abordados nos tópicos “Cultura” do Itaú Unibanco Holding S.A.; “Perfil” do Banco Brasil S.A. e Santander; “Quem somos” do Bradesco S.A. e “Visão Geral” da Caixa Econômica Federal. Todos os bancos incluem seções como "Carta do Conselho" ou "Mensagem da Presidência/CEO", que trazem uma visão geral da organização, relatando avanços, serviços e feitos realizados durante o ano e todos os relatos trazem seção sobre o contexto externo e o cenário macroeconômico, abordando a economia global e nacional, riscos geopolíticos e temas de sustentabilidade.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 4: Resultado - Visão geral e ambiente externo.

Banco	Tópicos	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Carta do Conselho da Administração / Conversa com o Presidente / Cultura / Contexto Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da organização nos tópicos “Carta do Conselho” e “Conversa com o Presidente”, destacando avanços e novidades nos serviços prestados. - O tópico “Cultura” apresenta valores e direcionadores estratégicos. - No contexto externo, o relatório aborda o cenário macroeconômico, com foco na economia global e temas de sustentabilidade.
Banco do Brasil S.A.	Carta do Conselho da Administração / Carta da Presidenta / Perfil / Contexto de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da organização nos tópicos “Carta do Conselho” e “Carta da Presidenta”, ressaltando feitos do ano. - O tópico “Perfil” destaca os valores: Proximidade, Eficiência, Inovação, Integridade, Compromisso com a Sociedade e Diversidade, além do propósito: ser próximo e relevante na vida das pessoas. - O “Contexto de Negócios” explora o cenário econômico no Brasil e no mundo.
Bradesco S.A.	Mensagem do Conselho de Administração / Mensagem da Presidência / Quem Somos / Cenário Macroeconômico	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da organização nas “Mensagens do Conselho e Presidência”, destacando ações do ano. - O tópico “Quem Somos” descreve os valores: foco no cliente, ética, transparência, crença no valor humano, respeito à dignidade e diversidade, responsabilidade socioambiental e propósito: criar oportunidades para o desenvolvimento sustentável e pessoal. - O “Cenário Macroeconômico” aborda riscos geopolíticos e a política monetária.
Caixa Econômica Federal	Mensagem do Presidente / Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da organização na “Mensagem do Presidente”, com feitos do ano. - O capítulo “Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo” apresenta o propósito: ser uma instituição pública que fomenta inclusão e desenvolvimento sustentável, e a visão: ser referência em cidadania financeira, desenvolvimento sustentável e execução de políticas públicas. - O ambiente externo aborda a situação econômica global e seus impactos no endividamento e na inadimplência no Brasil.
Banco Santander Brasil S.A.	Mensagem do CEO / Mensagem do Conselho / Perfil / Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da organização nas “Mensagens do CEO e Mensagem do Conselho”, destacando ações do ano. - O capítulo “Perfil” detalha a atuação do banco, com foco em serviços financeiros para diferentes portes de empresas e operações no mercado de capitais. - Cultura interna: Objetivo - ser a melhor plataforma financeira; Propósito - auxiliar pessoas e empresas a prosperar. - O ambiente externo destaca a atuação sustentável com foco em energias renováveis e microcrédito.

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda categoria foi da Governança que se refere a como a estrutura da organização colabora com a sua capacidade de gerar valor. Todos os bancos apresentaram esse elemento,

conforme o Quadro 3. O principal tópico utilizado foi “Governança Corporativa”, exceto Caixa Econômica Federal que utilizou o tópico “Estrutura Organizacional”. O banco Itaú Unibanco Holding S.A. apresentou também, os tópicos “Órgãos da Administração” e “Estrutura da Alta Administração”. O Banco do Brasil S.A. complementou com os tópicos “Estrutura do Conglomerado” e “Boas Práticas de Governança”. Todos os bancos mencionam a importância de uma estrutura sólida de governança para assegurar a perenidade dos negócios e o alinhamento com os interesses dos acionistas, bem como mencionam a presença de conselhos, comitês e uma Assembleia Geral como elementos centrais de suas estruturas de governança e enfatizam a importância da tomada de decisão colegiada, com foco em discussões amplas e descentralização, para evitar conflitos de interesse e garantir alinhamento com a estratégia de longo prazo. Além disso, todos os bancos destacam o compromisso com boas práticas de governança, como transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa, fortalecendo a confiança de acionistas e investidores.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 5: Resultado - Governança.

Bancos	Tópicos	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Governança Corporativa / Órgãos da Administração / Estrutura da Alta Administração	- O tópico "Governança Corporativa" aborda a Estrutura Acionária, mostrando a distribuição de ações e participações. Os Órgãos da Administração são estruturados para decisões colegiadas, com foco em desempenho e criação de valor a longo prazo. A Estrutura da Alta Administração inclui a Assembleia Geral, Conselhos, Comitês e Diretoria. -O objetivo é garantir que a administração esteja alinhada aos interesses dos acionistas de maneira sustentável.
Banco do Brasil S.A.	Governança Corporativa / Estrutura do Conglomerado / Boas Práticas de Governança	- A Governança Corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselhos de Administração, Comitês e Conselho Direto. A estrutura abrange o conglomerado de empresas atreladas ao Banco do Brasil, incluindo controladas, coligadas e entidades de previdência. -O banco adota boas práticas de governança com foco em transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa, fortalecendo a confiança de acionistas e investidores.
Bradesco S.A.	Governança Corporativa	- Em "Governança Corporativa" estão incluídas a Estrutura Acionária mostrando a distribuição de participações e a Assembleia de Acionistas com o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, comitês e auditoria. - Como uma empresa privada de capital aberto, o Bradesco segue as diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa, com ações listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3.
Caixa Econômica Federal	Estrutura Organizacional	- A Estrutura Organizacional foca no Conselho de Administração e Presidência, com ênfase na distribuição de atividades e minimização de conflitos de interesses. A Governança Corporativa com ênfase na Assembleia Geral, Conselhos e Comitês. - A estrutura de governança propicia sinergia entre as áreas, evitando conflitos e resguardando os interesses da Empresa.
Banco Santander Brasil S.A.	Governança Corporativa	- A Governança Corporativa do Santander é composta por quatro instâncias principais: Assembleia Geral, Conselho da Administração, comitês de assessoramento e Diretoria Executiva. - O objetivo é garantir o bom funcionamento da empresa, assegurando sua perenidade e protegendo os interesses dos acionistas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira categoria foi Oportunidades e Riscos, que se refere a como a organização analisa e lida com os riscos e as oportunidades de gerar ou perder valor em curto, médio e longo prazo. Todos os relatos apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Esse elemento possui estrutura semelhante nos relatos, o principal tópico utilizado foi "Gestão de Riscos". Os bancos Itaú Unibanco Holding S.A., Bradesco S.A. e Banco Santander Brasil S.A., adotam um modelo de três linhas de defesa, que são responsáveis pela gestão dos riscos, e áreas de supervisão e auditoria interna. O Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal também possuem uma estrutura com conselhos e comitês para gerenciamento dos riscos. Todos os bancos identificam os principais riscos como crédito, mercado, liquidez, operacional, compliance, reputacional e socioambiental. Todos os bancos implementam processos de

identificação, monitoramento e mitigação de riscos, com metodologias para avaliá-los em diferentes momentos da economia.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 6: Resultado - Oportunidades e riscos.

Bancos	Tópicos	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Modelo de Gestão de Riscos	- O modelo de gestão de riscos do Itaú é composto por três linhas de governança: áreas de negócios, área de riscos e auditoria interna. - Os principais riscos identificados incluem: macroeconômicos e geopolíticos, doenças transmissíveis, regulatórios, conformidade (compliance), legais, mercado, crédito, liquidez, condução dos negócios, estratégia, relatórios financeiros, concorrência, reputação, concentração, ambientais, sociais e mudanças climáticas, além de risco para detentores de ADS.
Banco do Brasil S.A.	Gestão de Riscos	- A Gestão de Riscos é baseada em segregação de funções (negócio x risco), estrutura específica de gestão, decisões em níveis hierárquicos e normas claras. - Os principais riscos incluem: estratégia, crédito, operacional, taxas de juros do Banking Book, reputação, RSAC (riscos sociais, ambientais e climáticos), liquidez, mercado, contágio e atuarial.
Bradesco S.A.	Gestão de Riscos	- O modelo de Gestão de Riscos está estruturado em três linhas de defesa: geração de gestão do risco, controle e supervisão de riscos, e auditoria interna. - Os principais riscos incluem: crédito, mercado, liquidez, estrutural, operacional, modelos, compliance, reputacional, socioambiental e climático.
Caixa Econômica Federal	Gerenciamento de Riscos	- A estrutura de gerenciamento de riscos da Caixa envolve Conselhos e Comitês. - Os principais riscos incluem: crédito, concentração, recuperação de créditos, liquidez, estratégia, contágio, operacional, terceiros, atuarial, reputação, social, ambiental e climático, privacidade e proteção de dados pessoais, e segurança da informação.
Banco Santander Brasil S.A.	Gestão de Riscos	- O modelo de Gestão de Riscos inclui três linhas de defesa: áreas de negócios e suporte, áreas de supervisão e auditoria interna. - O processo de gestão envolve cinco etapas: identificar, mensurar, governança, acompanhar e reportar. - Os principais riscos incluem: crédito, liquidez, mercado, operacional, compliance, socioambiental, modelo, contágio, reputação, subscrição, estratégia, climático, solvência, rentabilidade e segurança cibernética.

Fonte: Elaborado pela autora.

A quarta categoria foi a estratégia e alocação de recursos que descreve qual o caminho a organização deve seguir e de que forma pretende segui-lo. Todos os relatos integrados apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos utilizam uma estrutura baseada em capitais financeiros e não-financeiros para explicar como geram valor. A alocação de recursos é destacada tanto de forma qualitativa quanto quantitativa e demonstram como a alocação estratégica dos capitais resultam em valor agregado para a organização e para a sociedade. Além dos capitais financeiros, todos os bancos mencionam capitais sociais, de relacionamento e naturais, refletindo o engajamento com sustentabilidade e impacto socioambiental de suas atividades.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 7: Resultado - Estratégia e alocação de recursos.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Capitais / Alocação de Recursos e seus resultados	- Em “Capitais” são abordados os seis capitais e é explicado detalhadamente a correlação entre eles. -A alocação de recursos é explicada qualitativamente, mostrando como os capitais foram transformados em resultados e impactos positivos para os <i>stakeholders</i> .
Banco do Brasil S.A.	Modelo de negócios e geração de valor	- No tópico "Modelo de negócios e geração de valor", é apresentada a alocação quantitativa de recursos em cada um dos capitais. - São também apresentados os direcionadores estratégicos (cliente, financeiro, sustentabilidade, transformação digital e processos, pessoas e cultura) e os resultados obtidos por essa alocação.
Bradesco S.A.	Capitais	- Os capitais são apresentados como recursos tangíveis e intangíveis que são transformados pelas atividades da organização. - A evidência de como esses capitais foram utilizados é feita de forma quantitativa e qualitativa no relatório.
Caixa Econômica Federal	Como geramos valor	- A Caixa apresenta o tema de geração de valor por meio dos capitais de forma sucinta e evidenciada quantitativa e qualitativamente. - O tópico também mostra como a alocação desses capitais gerou valor para a organização e entregou valor à sociedade.
Banco Santander Brasil S.A.	Modelo de criação de valor	- No tópico “Modelo de criação de valor”, o Santander explica como utiliza os capitais de maneira resumida. - O relatório destaca os resultados gerados pela alocação de recursos em cada capital.

Fonte: Elaborado pela autora.

A quinta categoria é o Desempenho que representa o alcance dos objetivos estratégicos e qual o seu efeito sobre os capitais. Todos os relatos integrados apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Os bancos Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander Brasil S.A. utilizaram a DVA como forma de evidenciar a criação de valor e sua distribuição aos stakeholders, apresentando em 2023 um valor adicionado de R\$88 bi e R\$30 bi, respectivamente. Ambos os bancos detalham como esses valores são direcionados entre remuneração, impostos, dividendos, e outros setores. Os outros bancos também reportaram seus principais resultados financeiros e evidenciaram seu desempenho em áreas de sustentabilidade e inovação tecnológica. O Banco do Brasil S.A., mencionou a implementação de práticas sustentáveis e um grande volume de transações digitais, enquanto o Bradesco S.A. destacou inovações e foco no cliente, e a Caixa Econômica Federal detalhou sua atuação em benefícios sociais e sustentabilidade. A distribuição de recursos a colaboradores, governos e acionistas é ressaltado por todos os bancos, demonstrando seu impacto econômico e social por meio de dividendos, benefícios sociais, projetos de habitação e sustentabilidade.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 8: Resultado - Desempenho.

Bancos	Tópicos	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Gestão Estratégica / Capitais	- O Itaú apresentou um valor adicionado de R\$ 88,0 bilhões em 2023. - A distribuição foi: R\$ 28,9 bilhões em remuneração, benefícios e incentivos; R\$ 24,3 bilhões em impostos e contribuições; R\$ 23,3 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio; e R\$ 875 milhões a prestadores de serviços e outros setores. - A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) destaca a criação de valor e sua distribuição aos stakeholders, comparando o desempenho social das empresas.
Banco do Brasil S.A.	Nosso desempenho	- Resultados nas áreas ambiental, financeira e de inovação. - Lucro líquido ajustado de R\$ 35,6 bilhões, com crescimento de 11,4% em relação a 2022. - Implementação de práticas sustentáveis e destaque para quase 4 trilhões de transações digitais (Pix, <i>Open Finance</i>).
Bradesco S.A.	Principais números / Capitais	- Apresentação quantitativa do desempenho em diversas áreas: foco no cliente, pessoas, sustentabilidade, inovação, finanças, tecnologia e Fundação Bradesco. - Desempenho evidenciado também por capitais e o impacto na geração de valor.
Caixa Econômica Federal	Governança, estratégia e desempenho/ Desempenho Caixa 2023	- Lucro líquido contábil de R\$ 11,7 bilhões em 2023. - Explicações detalhadas sobre as receitas da intermediação financeira, carteira de crédito, eficiência operacional, captações e outros setores. - Destaques nos benefícios sociais, habitação, varejo, atacado, loterias e sustentabilidade.
Banco Santander Brasil S.A.	Criação de Valor / Desempenho econômico	- DVA de R\$ 30,6 bilhões em 2023. - Destaques quantitativos: lucro líquido, carteira de crédito ampliada, captações de clientes, margem com clientes, margem com mercado, custo de crédito gerencial, eficiência recorrente, ROAE gerencial.

Fonte: Elaborado pela autora.

A sexta categoria é a Perspectiva, que descreve as incertezas e implicações sobre o modelo de negócio e seu desempenho futuro. Todos os relatos integrados apresentaram parcialmente esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos abordam de maneira semelhante esse elemento, apresentando suas estratégias de longo prazo e ambições futuros, focando em metas relacionadas à sustentabilidade, eficiência operacional e crescimento de seus mercados, no entanto, não abordam com clareza suas incertezas e implicações sobre seus modelos de negócios. As principais metas identificadas foram: o Itaú Unibanco Holding S.A. busca ser um destino de talentos e protagonista em uma sociedade mais justa e sustentável; o Banco do Brasil S.A. foca em cinco perspectivas estratégicas (clientes, financeira, sustentabilidade, digital, e cultura); o Bradesco S.A. busca um equilíbrio entre a operação física e digital; a Caixa Econômica Federal se propõe a ser o principal parceiro da União, Estados e Municípios para promover justiça social e Banco Santander Brasil S.A. apresenta metas nas categorias de diversidade e gestão ambiental.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 9: Resultado - Perspectiva.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Estratégia e Visão de Futuro	- Ser o destino operacional de talentos; protagonista em uma sociedade mais justa e sustentável; melhor opção para acionistas a longo prazo ambições; e objetivos e metas alinhados para atingir essas ambições.
Banco do Brasil S.A.	Objetivos e Direcionadores Estratégicos	- Áreas de perspectiva: clientes, financeira, sustentabilidade, transformação digital e processos, pessoas e cultura. - Apresenta os objetivos específicos para cada perspectiva, com direcionadores para alcançar as metas propostas.
Bradesco S.A.	Estratégia	- Ambições: banco físico com custo adequado e foco em clientes de maior retorno, eficiência operacional garantindo competitividade e retorno, nova experiência do cliente, <i>Time to Market</i> efetivo, banco digital eficiente com IA e experiência humanizada e captura de maior " <i>share of wallet</i> " nos principais segmentos, alinhado à cultura de transformações.
Caixa Econômica Federal	Governança, Estratégia e Desempenho / Nossa Estratégia	Propósitos: alinhamento com a estratégia da CAIXA, Plano Estratégico Institucional (PEI) e Plano de Negócios Integrado (PNI), ser o principal parceiro da União, Estados e Municípios, ser agente transformador para uma sociedade mais justa e menos desigual. Foco no desempenho e no crescimento da participação social, com metas para ser um protagonista em parcerias públicas e na transformação social.
Banco Santander Brasil S.A.	Metas e métricas	- Apresenta as metas e resultados para as categorias: diversidade, engajamento interno, capacitação interna, saúde e segurança, engajamento dos fornecedores, gestão ambiental e cultura - Objetivos a serem alcançados em diversas áreas, porém, sem a apresentação clara de perspectivas específicas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A sétima categoria é o Modelo de Negócios, que descreve o próprio modelo de negócios e as atividades da organização em forma prática. Todos os relatos integrados apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos ressaltam a importância de seus modelos de negócios baseados na utilização eficiente de capitais, que transformam recursos em valor para a sociedade e para seus stakeholders, com foco no impacto social, inovação e sustentabilidade. Os cinco bancos buscam destacar seus diferenciais competitivos em seus modelos de negócios, e com foco na identificação das necessidades de seus clientes e no uso de seus capitais.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 10: Resultado - Modelo de negócios.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Atuação para Atingir Nossa Estratégia / Unidades de negócio, visão integral e 360° da jornada do cliente	- Estrutura baseada na estratégia <i>Phygital</i> , com uma prateleira ampla de produtos para pessoas físicas e jurídicas. - Modelo de negócios dividido por produto, focado em mercados com oportunidades e diferenciais competitivos. - Baseado no engajamento e principalidade, com o objetivo de ser a primeira escolha dos clientes.
Banco do Brasil S.A.	Modelo de Negócios e Geração de Valor / Cadeia de Valor	- Demonstra como os insumos (Capitais) são transformados em resultados e apresenta os impactos ambientais e sociais do modelo de negócios sobre stakeholders e serviços prestados.
Bradesco S.A.	Nossos Capitais	- Explicação de como os capitais (geram valor ao longo do tempo. - Modificação desses repositórios de valor ao longo da cadeia de valor.
Caixa Econômica Federal	Como Geramos Valor	- Apresentação dos capitais utilizados e como eles geram valor ao longo do tempo e foco em como o uso dos capitais entrega valor à sociedade.
Banco Santander Brasil S.A.	Modelo de Criação de Valor	- Explicação de como os capitais utilizados pela organização criam valor. - A estrutura demonstra como os capitais ajudam a entregar valor e atributos que impactam a sociedade e os negócios.

Fonte: Elaborado pela autora.

A oitava categoria é da Base para apresentação, onde é demonstrado de que forma a organização determina os seus temas a serem reportados e como são quantificados ou avaliados. Todos os relatos integrados apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos apresentam similaridade na maneira como elaboram seus relatos, seguindo padrões e frameworks internacionais que contribuem para a transparência e comparabilidade. Todos os bancos seguiram a estrutura internacional do Relato Integrado. O Banco do Brasil S.A. e Banco Santander Brasil S.A. utilizaram as diretrizes da GRI, os outros bancos, embora não citem de forma explícita a utilização dessa estrutura, todos fazem referência aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, que estão alinhados com os relatórios GRI.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 11: Resultado - Base para apresentação.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	Sobre este Relatório	- Orientado pelas diretrizes do <i>Integrated Reporting Framework</i> sob responsabilidade da Fundação IFRS (<i>International Financial Reporting Standards</i>).
Banco do Brasil S.A.	Apresentação	- Baseado nos <i>GRI Sustainability Reporting Standards 2021</i> e assegurado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - Referências à metodologia do Relato Integrado ao longo do relatório.
Bradesco S.A.	Sobre este Relatório	- Norteado pela Estrutura Conceitual Básica para Relato Integrado do <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC) e pela Orientação CPC 09 – Relato Integrado.
Caixa Econômica Federal	Sobre este Relatório	- Produzido conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), com base no framework do Relatório Integrado. - Considera os capitais da Estrutura Internacional de Relatório Integrado e sua Geração de Valor.
Banco Santander Brasil S.A.	Sobre o Relatório	- Elaborado com base nos principais padrões de reporte corporativo, incluindo as normas da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) e os princípios do Relato Integrado. - Conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Fonte: Elaborado pela autora.

A nona categoria é das Informações Sociais, onde é demonstrado de que forma a organização gerou valor para o meio em que está inserida e sociedade de forma geral. Todos os relatos apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos apresentam similaridade na forma de evidenciar questões sociais, os temas relacionados à ética, diversidade, inclusão e impacto social são abordados de maneira consistente nos relatórios de todos os bancos, com destaque para o alinhamento com os ODS e papel social desempenhado por cada um. Todos os bancos fazem investimentos em iniciativas sociais e programas voltados para educação, empreendedorismo e habitação, com impacto direto nas comunidades em que atuam. Esses investimentos são reportados de forma quantitativa e qualitativa. A Caixa Econômica Federal, como empresa pública, destaca-se pelo seu papel no financiamento habitacional e na execução de políticas públicas do governo, apresentando um maior volume de informações sociais apresentadas. Para nortear os conteúdos ambientais, todos os relatos apresentaram temas materiais.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 12: Resultado - Informações Sociais.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	ESG / Capital Social e de Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> - Temas materiais sociais: Ética nas Relações e nos Negócios, Financiamento em Setores de Impacto Positivo, Inclusão e Empreendedorismo, Investimento Social Privado, Gestão Inclusiva. - ODS impactados: 1, 4, 5, 8, 9, 10, 16. - Destaque para relacionamento com a sociedade, fornecedores, integridade e ética, e direitos humanos no Capital Social e de Relacionamento.
Banco do Brasil S.A.	Materialidade / Papel Transformador	<ul style="list-style-type: none"> - Temas materiais sociais: Atração, retenção, desenvolvimento de talentos; Ética e compliance; Diversidade; Impactos sociais e climáticos; Risco social, ambiental e climático; Relacionamento e satisfação de clientes. - ODS impactados: 1, 5, 8, 10, 12, 13, 15, 16. - Destaque para apoio ao empreendedorismo, moradia popular e empreendedorismo feminino. - Investimentos sociais como Lei Rouanet, Pronon e Fundos da Pessoa Idosa.
Bradesco S.A.	Materialidade / Capital Social e de Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> - Temas materiais sociais: Ética, integridade e transparência; Gestão do capital humano; Relacionamento, inclusão e saúde financeira dos clientes. - ODS impactados: 4, 5, 8, 9, 10. - Destaque para relacionamento com clientes, fornecedores e comunidade, com investimentos sociais através da Fundação Bradesco. - Compromissos voluntários relacionados à Diversidade e Direitos Humanos.
Caixa Econômica Federal	Capitais e Materialidade / Destaque Caixa - Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Temas materiais sociais: Desenvolvimento Urbano e Habitação; Inovação, Transformação e Educação Digital; Políticas Públicas; Relações de Trabalho e Clima Organizacional; Respeito aos Direitos Humanos. - ODS impactados: 1, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12. - Destaque para práticas sociais via crédito e Fundos de Habitação (FGTS), repasses para esportes, cultura, educação, saúde e segurança. - Capital social e de relacionamento mencionado brevemente.
Banco Santander Brasil S.A.	Materialidade / Ofertas não financeiras / Força de trabalho / Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Temas materiais sociais: Força de Trabalho Própria, Consumidores e Usuários Finais, Conduta nos Negócios. - ODS impactados: 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16. - Destaque para a transformação social, com foco em educação, empreendedorismo, inclusão e voluntariado. - No tópico Força de Trabalho são abordados temas como gênero, equidade racial, diversidade e inclusão de pessoas com deficiência. - Direitos Humanos abordado brevemente.

Fonte: Elaborado pela autora.

A décima categoria é das Informações Ambientais, proposta por esta pesquisa, que apresenta quais foram as medidas ambientais adotadas para o desenvolvimento sustentável e de que forma essas medidas foram benéficas à organização. Todos os relatos integrados apresentaram esse elemento, conforme o Quadro 3. Todos os bancos apresentam similaridade na forma de evidenciar questões ambientais, com a gestão de temas ambientais, risco climático e alinhamento aos ODS. Todos os bancos têm estruturas de governança de sustentabilidade bem

definidas com estratégias para prevenir riscos climáticos e ambientais. Para nortear os conteúdos ambientais, todos os relatos apresentaram temas materiais e utilizaram como principais tópicos o “Capital Natural” para a evidenciação.

O quadro abaixo apresenta onde são apresentadas as informações deste elemento:

Quadro 13: Resultado - Informações Ambientais.

Bancos	Tópico	Descrição
Itaú Unibanco Holding S.A.	ESG / Capital Natural	- Enfatiza a busca por performance sustentável, impactos positivos e redução de impactos negativos. - Temas materiais: Gestão Responsável, Financiamento em setores de impacto positivo, Plano Amazônia. - ODS impactados: 2, 7, 11, 12, 13. - Destaque para Ecoeficiência, Mudanças Climáticas e Emissões no tópico Capital Natural.
Banco do Brasil S.A.	Sustentabilidade / Capital Natural	- Práticas de negócios social e ambientalmente sustentáveis. - Governança da Sustentabilidade e Plano de Sustentabilidade: Agenda 30 BB e Compromissos 2030. - Temas materiais: Negócios Sustentáveis, Mudanças Climáticas, Riscos Social, Ambiental e Climático. - ODS impactados: 8, 12, 13, 15, 16. - Redução de emissões e uso de 100% de energia renovável.
Bradesco S.A.	Sustentabilidade / Capital Natural	- Governança de Sustentabilidade e Negócios Sustentáveis. - Temas materiais: Negócios Sustentáveis, Gestão de Riscos e Oportunidades Climáticas. - ODS impactado: 13. - Capital Natural: consumo de energia, água, mapeamento de resíduos, biodiversidade e Amazônia. - Compromissos voluntários: Princípios do Equador e Desenvolvimento Sustentável.
Caixa Econômica Federal	Capitais e Materialidade / Capital Natural	- Temas materiais: Desenvolvimento Urbano, Habitação, Finanças Sustentáveis, Risco Ambiental e Climático. - ODS impactados: 7, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 17. - Carteira de Finanças Sustentáveis. - Capital Natural: Consumo de água, energia, descarte de resíduos e emissões.
Banco Santander Brasil S.A.	Materialidade / Capital Natural / Mudanças Climáticas	- Temas materiais: Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos. - ODS impactados: 2, 6, 7, 9, 12, 13. - Capital Natural: Consumo de água e energia. - Governança Climática: Agronegócio, Energia, Carbono, Eletromobilidade, Amazônia e Bioeconomia.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em resumo, todos os bancos estudados cumprem com os elementos propostos. A ressalva em relação aos elementos de conteúdo indicados pela estrutura do IIRC, é que ela não descreve separadamente as informações sociais e ambientais, visto que as organizações podem se adequar ao modelo e apresentar maior padronização. A proposta desta pesquisa evidencia que é possível a inserção dessas duas abordagens para os bancos, dando maior

compreensibilidade da sua responsabilidade socioambiental e de sustentabilidade, afinal os financiamentos de grandes e médias empresas poluidoras perpassam pelas relações bancárias através dos créditos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo geral e do problema delineados nesta pesquisa foi possível, pela análise interpretativa e pela observância dos conteúdos dos relatos integrados, alcançar os resultados que os respondem de forma favorável. Na análise dos relatos integrados dos bancos Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander Brasil S.A, observou-se que todos possuem os elementos de conteúdo propostos pelo IIRC de forma similar. Os relatórios, apesar de possuírem tópicos com nomenclaturas e conteúdos parecidos, não seguiram uma ordem específica e nem apresentam de forma idêntica os elementos.

Diante desses resultados, é possível observar o comprometimento das instituições em relação às questões sociais e ambientais. Todos os elementos foram evidenciados nos relatórios conforme a Estrutura Internacional do Relato Integrado. Esse fato vai ao encontro dos autores Correa (2006) e Kassai e Carvalho (2013).

Ademais, este trabalho serviu como forma de demonstrar a importância do setor bancário além das questões financeiras, e como uma fonte de relevância para a sociedade em termos de compreensibilidade, uma vez que atende a essa característica da informação contábil. Elas são mencionadas nos estudos de Dias e Machado (2007).

As teorias da Legitimidade, *Stakeholders* e Evidenciação podem ser ditas como essenciais para o contexto dos relatos integrados, pois elas são frequentemente mencionadas nos estudos de Dias Filho (2007); Deegan (2002); Lima e Viegas (2002); Silva e Sancovschi, (2006); Freeman (2010); Góes, Reis e Abib (2020); Goulart (2003); Iudícibus (1997); Hendrisken e Breda (1999); Malacrida e Yamamoto (2006).

A temática deste trabalho se insere no campo da Contabilidade Ambiental e apresenta informações sociais e ambientais, indo ao encontro dos estudos de Martins e Ribeiro (1993); Tinoco e Kramer (2011); Almeida (2002); Paiva (2003) e Antunes (2000).

O campo teórico contribui com as teorias utilizadas para confirmar que existem meios que as comprovem. A inserção das dimensões sociais e ambientais é o diferencial para o

contexto dos elementos de conteúdo dos relatos integrados. Na dimensão acadêmica, procura despertar o interesse de pesquisadores e estudantes para a necessidade de temas contábeis que ultrapassem a contabilidade tradicional com perspectivas da elaboração de uma contabilidade sustentável, ou seja, a contabilidade da sustentabilidade.

Para futuros trabalhos recomenda-se a análise do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos bancos brasileiros para a Agenda 2030. Recomenda-se, também, o estudo do mapeamento de projetos sociais e ambientais realizados pelos bancos brasileiros e quais os benefícios para o desenvolvimento da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 220 p. ISBN 8520912664.
- ANTUNES, Cleber do Carmo. Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 1, n. 2, p. 28–31, 2000. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/565>. Acesso em: 15 set. 2024.
- AQUINO, Ducineli Régis Botelho de; FERREIRA, Vanessa Florêncio. Análise do nível de evidenciação dos itens compulsórios e não compulsórios: um estudo nos relatórios contábeis da Petrobrás. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 3, n. 1, p. 07-26, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/14504>. Acesso em: 14 set 2024.
- AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antônio Carlos de. Evidenciação. **Caderno de Estudos**, n. 5, p. 01–40, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cest/a/N7KJWLhX3PnDDxgmyyQRg4Q/?lang=pt> . Acesso em: 14 set 2024.
- BANCO BRADESCO S.A. **Relatório Integrado 2023**. Osasco: Bradesco, 2024. Disponível em: <https://banco.bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/bradesco-relatorio-integrado-2023.pdf> . Acesso em: 12 set 2024.
- BANCO DO BRASIL S.A. **Relatório Anual 2023**. Brasília: Banco do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/disin/RelatorioAnual2023.pdf> . Acesso em: 12 set 2024.
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. **Relatório Anual Integrado 2023**. São Paulo: Santander, 2024. Disponível em: https://cms.santander.com.br/sites/WPS/documentos/arq-central-de-resultados-anuais-2023-acordeao2023-downloadItem/24-07-25_164112_relatorio_anual_integrado+2023_final.pdf. Acesso em: 12 set 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 9724415066.
- BOND, Alan; MORRISON-SAUNDERS, Angus. Sustainability appraisal: jack of all trades, master of one?. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 27, n. 4, p. 321-329, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3152/146155109X479422>. Acesso em: 14 set. 2024.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório Integrado 2023**. Brasília: Caixa Econômica, 2024. Disponível em: <https://ri.caixa.gov.br/a-companhia/relatorio-integrado>. Acesso em: 12 set 2024.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC (2011)**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 12 set 2024.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Estrutura conceitual para relatório financeiro**: CPC 00 (R2). São Paulo: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=8>. Acesso em: 12 set 2024.

CORREA, Juliane Campoe. **Incorporação do pensamento integrado aos mecanismos internos como pré-requisito para a viabilização do processo de asseguaração independente para Relato Integrado**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5876>. Acesso em: 12 set 2024.

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, Bingley, United Kingdom, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435861>. Acesso em: 14 set 2024.

DIAS FILHO, José Maria. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração–EnANPAD**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, v. 31, 2007. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/CON-A3301.pdf. Acesso em: 14 set 2024.

DIAS, Marco Antonio; MACHADO, Eduardo Luiz. **Princípios do Equador: sustentabilidade e impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros**. São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Machado4/publication/237110163_PRINCIPIOS_DO_EQUADOR_SUSTENTABILIDADE_E_IMPACTOS_NA_CONDUTA_AMBIENTAL_DOS_BANCOS_SIGNATARIOS_BRASILEIROS/links/004635267b2249c813000000.pdf. Acesso em: 14 set 2024.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 65-91, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258887?origin=crossref>. Acesso em: 14 set. 2024.

DRUCKMAN, Paul. **Integrated reporting – what it is – and what is not: an interview with Paul Druckman**. Versão eletrônica, 2013. Disponível em: <https://drcaroladams.net/integrated-reporting-what-it-is-and-is-not-an-interview-with-paul-druckman/>. Acesso em: 14 set 2024.

EQUATOR PRINCIPLES. **Os princípios do Equador EP4**, 2020. Disponível em: https://equator-principles.com/app/uploads/EP4_Portuguese.pdf. Acesso em: 12 set 2024.

ERNST & YOUNG. **Value creation: background paper**. 2013. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2013/08/Background-Paper-Value-Creation.pdf>. Acesso em: 12 set 2024.

FREEMAN, R. Edward. Managing for stakeholders: Trade-offs or value creation. **Journal of Business Ethics**, 7-9, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-011-0935-5> . Acesso em: 14 set 2024.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Pitman, 1984. ISBN 0273019139.

FREITAS, Betina França Gomes de; FREIRE, Fátima de Souza. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, contabilidade e gestão**. Rio de Janeiro, v. 12,

n. 1, jan/abr. 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewArticle/2990>. Acesso em: 12 set 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade GRI G4**. Amsterdã: GRI, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368600/mod_resource/content/1/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf . Acesso em: 12 set 2024.

GOÉS, Helna Almeida de Araújo; REIS, Germano Glufke; ABIB, Gustavo. Quando a teoria dos stakeholders encontra a teoria da justificação: uma proposta de interseção. **Cadernos EBAPÉ.BR**, v. 19, n° 4, Rio de Janeiro, Out./Dez, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/SvtbjRvTv66Nm7RDsfML8Gh/?lang=pt&format=pdf>. Disponível em: 14 set 2024.

GOULART, André Moura; CARVALHO, Nelson. Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília-DF, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/180> . Acesso em: 12 set 2024.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. Tradução por Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 9788522420971.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **Instituições Financeiras Anunciam a Revisão dos Princípios do Equador Ressaltando a Aplicação Global de Gerenciamento de Riscos Sociais e Ambientais**. 2006. Disponível em: <https://pressroom.ifc.org/all/pages/PressDetail.aspx?ID=21306>. Acesso em: 12 set 2024.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O primeiro relatório sobre os limites do crescimento completa 50 anos**. 2022. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/616607-o-primeiro-relatorio-sobre-os-limites-do-crescimento-completa-50-anos>. Acesso em: 11 set 2024.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **The international <integrated> reporting framework**. Londres: IIRC, 2014. Disponível em: <https://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>. Acesso em: 12 set 2024.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **International <IR> Framework**. 2021. Disponível em: <https://relatointegradobrasil.com.br/home/framework/>. Acesso em: 12 set 2024.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. **Relato Integrado 2014**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding, 2014. Disponível em: <https://www.italu.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/701b655a-d976-52c3-3542-b362563d963e?origin=1>. Acesso em: 14 set 2024.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. **Relatório Anual Integrado 2023**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding, 2024. Disponível em: <https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual-integrado/>. Acesso em: 12 set 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. ISBN 8522426074.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997. ISBN 8522460531.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens. **Contabilidade Ambiental - Relato Integrado e Sustentabilidade**. 1. ed. Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022490.

LEGADO DE BRUMADINHO. **Brumadinho – maior acidente de trabalho do país**. 2024. Disponível em: <https://legadobrumadinho.com.br/blog/brumadinho-maior-acidente-de-trabalho-do-pais/>. Acesso em: 11 set 2024.

LIMA; Diana Vaz de; VIÉGAS; Waldyr. Tratamento Contábil e Evidenciação das Externalidades Ecológicas. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**. São Paulo, n. 30, p. 46, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34079/36811>. Acesso em: 14 set 2024.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do iBOVESPA. **Caderno de Estudos, FIPECAFI – FEA/USP**, Edição Comemorativa, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/R6LFCdnD937KkMHSPv5Q5Vj/>. Acesso em: 14 set 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. Grupo GEN, 2017. ISBN 978-85-970-1076-3.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. Grupo GEN, 2019. ISBN 9788597021134.

MARTINS, Eliseu; RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. FIPECAFI. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-92511993000200005>. Acesso em: 14 set 2024.

MENEZES, David Curtinaz; VIEIRA, Diego Mota; SANTOS, Andersson Pereira dos. A teoria dos stakeholders no brasil: produção acadêmica no período de 2014 a 2019. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, v. 19, n. 4, p.119-150, Out/Dez.2020. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/riae/article/view/17345>. Acesso em: 14 set 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 set. 2024.

OLIVEIRA, Araceli Farias de; MACHADO, Débora Gomes; BEUREN, Ilse Maria. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-37, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Deborah-Gomes/publication/269785889>. Acesso em: 14 set 2024.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 8522435693.

PEREIRA, Daniela Alexandra Correia. **Relato Integrado**: Utopia ou Realidade. Instituto Politécnico de Setúbal, 2016. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/14349> . Acesso em: 14 set 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. In: Oeuvres complètes, tome III. Collection “Pléiade”. Paris: Gallimard, 1757. ISBN 8572839291.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sônia Maria da Silva; BRUNI, Leal; DIAS FILHO, José Maria. Evidenciação De Informações Socioambientais E Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. **Revista Universo Contábil** v. 8, Blumenau, Brasil. p. 105-122. Jan, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117022715007.pdf>. Acesso em: 14 set 2024.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva; BRUNI, Adriano Leal; DIAS FILHO, José Maria; LIMA FILHO, Raimundo Nonato. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **XVII Congresso Brasileiro de Custos**. Belo Horizonte, MG, Brasil, 2010. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/746/746>. Acesso em: 14 set 2024.

SANCOVSCHI, Moacir; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Evidenciação social corporativa: Estudo de Caso da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.arena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufjrj/article/viewArticle/566>. Acesso em: 14 set 2024.

SUCHMAN, Mark C. **Managing legitimacy**: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273070350_Managing_Legitimacy_Strategic_and_Institutional_Approaches_Academy_of_Manag . Acesso em: 14 set 2024.

SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. Folha de S.Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.celebrarbetinho.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Empresa-p%C3%BAblica-e-cidad%C3%A3.pdf> . Acesso em: 14 set 2024.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. Grupo GEN, 2011. ISBN 9788522466535.

TOMÉ, Maria Brízida Faria de Sousa. **O Relato Integrado e a responsabilidade social da empresa no contexto da economia social**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças). Instituto superior de contabilidade e administração do Porto. Porto, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/5476> . Acesso em: 14 set 2024.

TOPPLE, Cheree; DONOVAN, Jerome D.; MASLI, Ervadi K.; BORGET, Thomas. Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. **Transnational Corporations**, v. 24, n. 3, p. 61-71, 2017. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2017d4a5_en.pdf. Acesso em: 14 set 2024.

VARELA, Carmen Augusta; MILONE, Débora. A resposta do mercado aos acidentes ambientais na indústria petrolífera: estudo do caso do desastre no Golfo do México. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/148.pdf> . Acesso em: 14 set 2024.